

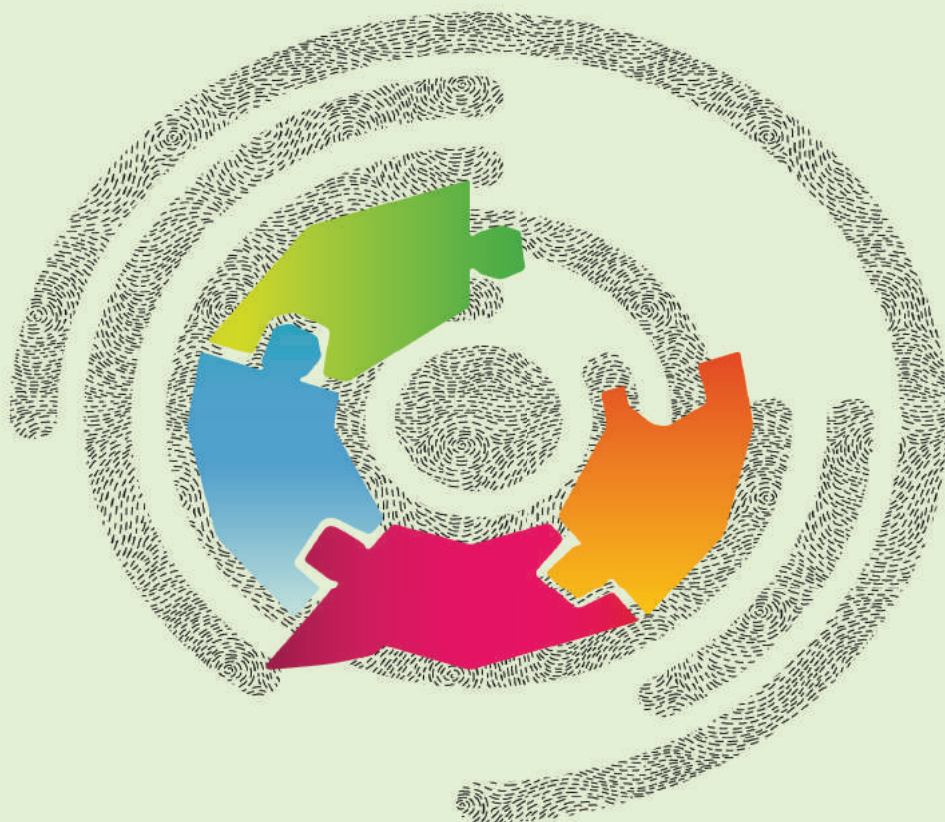
Actas

Proceedings

Colóquio Internacional Epistemologias do Sul:
aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul

International Colloquium Epistemologies of the South:
South-South, South-North and North-South global learnings

Boaventura de Sousa Santos e Teresa Cunha (eds)



Volume 1

Democratizar a democracia / Democratizing democracy

Junho - June 2015

PROPRIEDADE E EDIÇÃO / PROPERTY AND EDITION

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra
www.ces.uc.pt
Colégio de S. Jerónimo, Apartados 3087
3000-995 Coimbra – Portugal
Tel: +351 239 855573/ + 351 239 855589

ISBN: 978-989-95840-5-1

Capa e projecto gráfico / Cover and graphic design

Cristiana Ralha

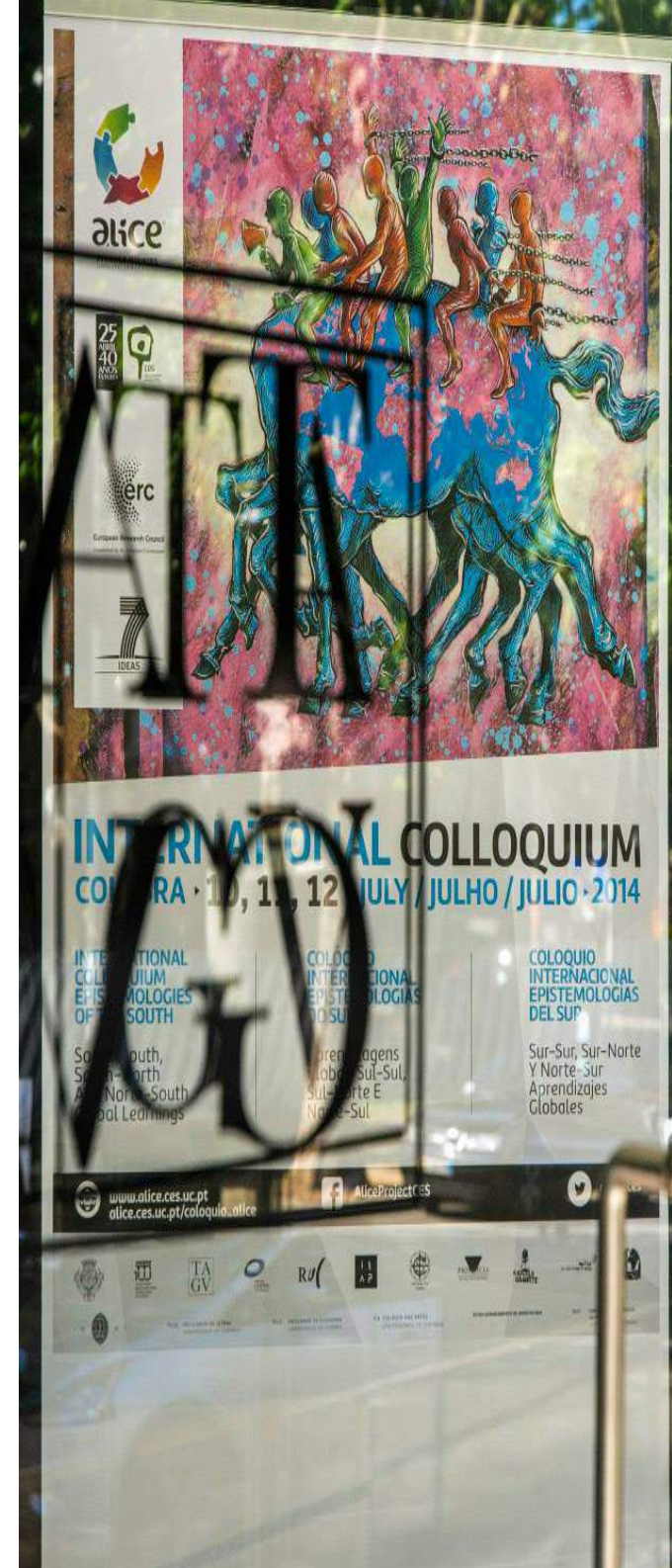
Coimbra, Junho, 2015

COMISSÃO CIENTÍFICA DO COLÓQUIO / SCIENTIFIC COMMITTEE

Boaventura de Sousa Santos
José Manuel Mendes
Maria Paula Meneses
Élida Lauris
Sara Araújo

COMISSÃO ORGANIZADORA DO COLÓQUIO / ORGANISING COMMITTEE

Alice Cruz
Aline Mendonça
André Brito Correia (Coord. do Programa Cultural / Cultural Programme Coord.)
Antoni Aguiló
Bruno Sena Martins
Catarina Gomes
Cristiano Gianolla
Dhruv Pande
Élida Lauris (Coord. Executiva / Executive Coord.)
Francisco Freitas
José Luis Exeni
Luciane Lucas dos Santos
Mara Bicas
Maurício Hashizume
Raúl Llasag
Rita Kacia Oliveira (Coord. Executiva / Executive Coord.)
Sara Araújo (Coord. Executiva / Executive Coord.)
Teresa Cunha



POR VONTADE DO AUTOR E DA AUTORA, ESTE TEXTO NÃO OBSERVA AS REGRAS DO NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO



alice



ces

Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra



erc

European Research Council



IDEAS

Foto / Photo
Rodrigo Reis

AGRADECIMENTOS INSTITUCIONAIS

Este livro, em quatro volumes, resulta de um esforço colectivo que envolveu várias instituições e muitas pessoas a quem queremos prestar o nosso profundo agradecimento.



Universidade de Coimbra



Colégio das Artes da Universidade



Departamento de Arquitetura da Faculdade



Escola da Noite / Teatro da



Faculdade de Economia da



Faculdade de Letras da



University of Coimbra



College of Arts of the University of



Department of Architecture of the Faculty



Escola da Noite / Teatro da



Faculty of Economics of the



Faculty of Arts and Humanities



NES - Núcleo de Estudantes



Machado de Castro National



NES - Sociology Student Body



RUC - Radio Universidade de



RUC - Radio Universidade de

Este livro de Actas foi elaborado no âmbito do projecto de investigação “ALICE – Espelhos Estranhos, Lições Imprevistas: Definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do Mundo”, coordenado por Boaventura de Sousa Santos (alice.ces.uc.pt), no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – Portugal. O projecto é financiado pelo Conselho Europeu para a Investigação, 7º Programa Quadro da União Europeia (FP/2007-2013) / ERC Grant Agreement n. [269807].

INSTITUTIONAL ACKNOWLEDGMENTS

These Proceedings, in four volumes, would not have been possible without the kind support and help of many individuals and organizations. I would like to extend our sincere thanks to all of them.

This book of proceedings was elaborated as part of research project “ALICE – Strange Mirrors, Unsuspected Lessons: Leading Europe to a new way of sharing the world experiences”, coordinated by Boaventura de Sousa Santos (alice.ces.uc.pt), at the Centre for Social Studies of the University of Coimbra – Portugal. The project is financed by the European Research Council (ERC), 7th Framework Programme of the European Union (FP/2007-2013) / ERC Grant Agreement n. [269807].



PARA DESCOLONIZAR OS ESTUDOS PARA A PAZ: O CONTRIBUTO DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS E O RESGATE DO SENTIDO CRÍTICO DO PENSAMENTO SOBRE A PAZ

Joana Ricarte¹

Resumo

No artigo “Margem crítica e legitimação nos Estudos para a Paz”, Pureza e Cravo sugerem que a recuperação da abordagem crítica dos Estudos para a Paz - cooptados pelo sistema de saber-poder hegemônico - pode ser conseguida através de uma radicalização de sua margem crítica, que passa pelo reconhecimento da “parcialidade e imperfeição dos conceitos que subjazem à modernidade ocidental” e consequente abertura epistemológica da disciplina para as heterogeneidades e pluralidades, o que os autores chamam de descolonização do conhecimento da disciplina (Pureza e Cravo, 2005: 17-18). Como operacionalizar essa descolonização epistemológica e consequente resgate do seu sentido crítico e emancipador original? Este trabalho propõe uma releitura da obra e conceitos de Boaventura de Sousa Santos como um dos caminhos possíveis de reestruturação do conhecimento crítico sobre a paz.

Palavras-chave: Estudos para a Paz; modernidade; conhecimento hegemônico; descolonização; Epistemologias do Sul.

Abstract

In the article “Critical Edge and Legitimation in Peace Studies”, Pureza and Cravo suggest that recovering the critical lineage of Peace Studies – that came to be co-opted by regulatory structures of the international system – can be done through a radicalization of its critical approach and consequent epistemological decolonization of the discipline. This means that it should assume the “biases and flaws of the concepts underlying Western modernity” and open up as a result to heterogeneity and to plurality (Pureza and Cravo, 2005: 17-18). How is it possible to operate this epistemological decolonization and consequent recovering of the original critical and emancipatory approach of Peace Studies? This paper proposes a re-reading of Boaventura de Sousa Santos’ work and concepts as one of the possible paths one should walk in order to restructure critical knowledge of peace.

Keywords: Peace Studies; modernity; hegemonic knowledge; decolonization; South Epistemologies.

1 Licenciada em História pela Universidade de Brasília e mestre em Relações Internacionais com especialização em Estudos da Paz e Segurança pela Universidade de Coimbra. Atualmente é doutoranda em Política Internacional e Resolução de Conflitos no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Seus interesses principais de investigação são o conflito israelo-palestino, teoria das Relações Internacionais, Estudos para a Paz e construções teóricas da paz. Email: joanaricarte@ces.uc.pt.

INTRODUÇÃO

Os Estudos para a Paz nascem de uma proposta de contestação dos pressupostos da estreita e intelectualmente pobre agenda hegemônica das Relações Internacionais, sendo frequentemente referidos no quadro do que ficou conhecido como o “quarto debate”. Ou seja, são construídos historicamente como um conhecimento crítico, alternativo à ciência normal – “ciência que canoniza o futuro em função do passado, fechada às inovações” (Pureza e Cravo, 2005:17). Contudo, a promessa transformadora da disciplina descaracterizou-se na década de noventa com a cooptação de suas propostas pelo sistema de saber-poder hegemônico, estabilizando-a como ciência normal que acaba por “legitimar os exercícios de engenharia social e política desenhados pela nebulosa da governação global liberal” (Pureza, 2011:17). Em outras palavras, os pressupostos teóricos avançados pela disciplina de Estudos para a Paz foram assimilados e aplicados, passando a verdadeiras normas sociais aceites e reproduzidas pela comunidade (Santos, 1978), inserindo a disciplina no chamado *policy-oriented mainstream*. A investigação para a paz colocou-se, assim, ao serviço da universalização dos modelos institucionais e políticos produzidos pela modernidade ocidental, provando não ter conseguido ainda fugir a esse domínio (Santos, 2004:16).¹

De acordo com Robbie Shilliam no livro *International Relations and non-Western Thought*, este pensamento ocidental desenvolveu-se com base em observações e comparações com tradições não-Europeias. Contudo, como aponta o autor, o campo da investigação comparativa tende a desenvolver um conhecimento baseado em valorações que criam hierarquias de saberes, gerando uma relação de superioridade e, em contraposição, inferioridade, entre o “eu” e o “outro” (Shilliam, 2011). A principal consequência deste processo para a academia, e para a produção de conhecimento em geral, é que, havendo um conhecimento correto, melhor, superior, outras opções deixam de ser relevantes e, dessa forma, a atribuição de quem pode pensar e produzir conhecimentos válidos acerca da existência humana passa a ser monopólio da tradição acadêmica dominante.² Daí advém as analogias com o colonialismo sendo, assim, necessário enveredar no debate acerca da modernidade ocidental por si só para explicar porquê que o conhecimento sobre a paz precisa de ser descolonizado, visto que é produzido maioritariamente na academia ocidental, por autores ocidentais e foi cooptado como conhecimento normativo que opera de uma perspectiva “de cima para baixo”.

De fato, no âmbito maior das Relações Internacionais já existem várias propostas críticas alternativas que almejam o objetivo de descolonização epistemológica através deste embate com a concepção ocidental de modernidade (Maldonado-Torres, 2008; Jabri, 2013; Gruffydd Jones, 2006; Seth, 2013). No artigo “Margem crítica e legitimação nos Estudos para a Paz”,

2 Para um exemplo prático da negação e marginalização dos conhecimentos não-Ocidentais, ver o artigo “Permission to Narrate”, escrito por Edward Said em 1984 acerca do silenciamento do povo palestino, que não tinha direito à voz internacionalmente sequer para representar seus próprios interesses, visto não serem reconhecidos como detentores de uma identidade nacional pelos padrões Ocidentais.

Pureza e Cravo apontam a necessidade de radicalização da margem crítica dos Estudos da Paz - que passa pelo reconhecimento da “parcialidade e imperfeição dos conceitos que subjazem à modernidade ocidental” - como forma de descolonizar a disciplina e proporcionar sua abertura epistemológica para as heterogeneidades e pluralidades (Pureza e Cravo, 2005:17-18). Esta leitura está também presente em diversos trabalhos inovadores do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, que dedica parte importante da sua carreira acadêmica à construção de novos paradigmas científicos que quebrem com a hegemonia totalizadora e universalista, dando espaço para vozes discordantes, pluralidades e emancipação social.

Assim, o objetivo principal deste trabalho é contribuir para o resgate do potencial crítico dos Estudos para a Paz, buscando recuperar a sua proposta transformadora e emancipatória original através de uma releitura da obra de Boaventura de Sousa Santos. As Epistemologias do Sul (Santos e Menezes, 2009) lançam um desafio para os investigadores pois propõem mais do que a descolonização da política, abrindo caminho para a *descolonização do conhecimento*. Reconhecendo que o pensamento e a prática dominantes sobre a paz são desenvolvidos de uma perspectiva do centro para a periferia, o que implica a imposição de um modelo de paz com base nas normas, valores e cultura ocidentais, argumenta-se que a potencialidade principal das Epistemologias do Sul para os Estudos para a Paz reside na sua proposta multicultural com o reconhecimento de que há uma Ecologia de Saberes e uma diversidade de experiências que ultrapassam em muito a experiência ocidental e o conhecimento formal produzido no âmbito exclusivo da academia. Em termos práticos, isto significa o reconhecimento e o diálogo com um conjunto de ideias e pensamentos que implicam uma outra forma - diversa, multicultural e co-constitutiva - de pensar e produzir o conhecimento científico. Implica buscar conhecimentos sobre a paz produzidos num contexto não-ocidental, implica uma produção compartilhada de conhecimento, implica uma “extensão ao contrário”.

Esta proposta será desenvolvida em quatro capítulos principais. O primeiro analisa o desenvolvimento dos Estudos para a Paz, buscando as lacunas que se foram formando e os problemas que enfrenta hoje de forma a elucidar, a partir de uma abordagem historiográfica, o que é o seu sentido crítico e emancipatório original, e como se deu a sua cooptação, colocando em relevo a atualidade e relevância deste trabalho, provando a necessidade urgente de debates no sentido da descolonização epistemológica da disciplina. O segundo capítulo busca dialogar com alternativas que efetivamente já foram produzidas no âmbito maior das Relações Internacionais acerca da proposta de descolonização da disciplina, estabelecendo pontes que serão muito úteis para elucidar a utilidade do pensamento de Boaventura de Sousa Santos para os Estudos para a Paz. O terceiro capítulo explora o pensamento do sociólogo e seus contributos para as teorias críticas em geral, com foco na construção epistemológica que dá origem aos conceitos formulados pelo autor. Por fim, o quarto capítulo operacionaliza esses conceitos no âmbito próprio dos Estudos para a Paz, tentando colmatar algumas das lacunas deste conhecimento com propostas teóricas e

metodológicas de Boaventura de Sousa Santos contribuindo, assim, para o pensamento e prática da paz.

COOPTAÇÃO E PERDA DE MARGEM CRÍTICA: O PROBLEMA DOS ESTUDOS PARA A PAZ

O nascimento da disciplina Estudos da Paz se dá a partir da contestação das correntes de pensamento dominantes das Relações Internacionais, para as quais a História passara a ser analisada em função dos conflitos da humanidade. Utilizando como principais balizas temporais as guerras, essa historiografia da conflitualidade passa a definir os conflitos como grandes momentos históricos e, dessa forma, coloca-os como os principais objetos de investigação, naturalizando a ideia da guerra (Maldonado-Torres, 2008). Sob essa perspectiva, a paz que se discutia era uma pax imposta, a paz do dominador do sistema. Servia, então, como forma de legitimar o *status quo*, visto que se desenvolve uma história conceptual dual da *paz e da segurança*, na qual esta passa a ser uma forma de imposição daquela (Richmond, 2008).

Foi neste contexto que surgiram os Estudos para a Paz que, tentando resgatar a história que foi silenciada com as práticas discursivas anteriores - a história da paz - busca destacar o objeto de pesquisa que havia sido negligenciado. Com o entendimento de que havia uma falsa oposição entre paz e conflito, defende que a ausência do conflito não garante a presença da paz e que deve-se distinguir a conflitualidade da conflitualidade violenta. Dessa forma, passa-se a desenvolver o conceito de paz imperfeita, que estabelece que a conflitualidade está presente - e, como força motriz da mudança, é inclusive desejável - e deve-se evitar que ela tenha viés violento. Para além de esse conceito nos permitir escrever a historiografia quotidiana da paz - e não da guerra -, ele nos permite matizar a paz e a guerra. Assim, partindo do pressuposto de que uma sociedade nunca está totalmente em guerra e nem totalmente em paz, passa-se a olhar para a paz não como oposição às guerras e conflitos mas, sim, como oposição à violência em suas diversas formas e dimensões³.

A evolução do pensamento científico sobre a paz e suas condicionantes tem se dado muitas vezes em função das crises internas acerca dos pressupostos epistemológicos e metodológicos da disciplina (Wiberg, 2005:23). A história da afirmação do campo de estudos - e das suas crises - é, também, a história da sua evolução científica (Pureza, 2011:5) e, portanto, devemos estar atentos à necessidade política de legitimação e sobrevivência do programa de investigação quando formos contar esta história - que é, muitas vezes, uma história de ação e reação a determinado pensamento que pretende contestar.

Inicialmente, como forma de oposição ao paradigma Realista das Relações Internacionais, a chamada Escola Norte-Americana, institucionalizada pelo *Journal of Peace Research* e pelo *Peace Research Institute*, tenta dar um modelo de interpretação dos fenômenos da paz e

3 Para definições amplas do conceito de violência, suas dimensões e práticas, ver Johan Galtung (1967), "Violence, Peace and Peace Research", *Journal of Peace Research*, 168-183.

da guerra afastado da *power politics* sem passar pela ideia de anarquia, ou seja, sem uma componente valorativa no início, com análises quantitativas e conceito de paz muito pouco aprofundado, visando apenas as causas dos conflitos e como evitá-los (Guzmán, 2005).

A alternativa a esta escola Norte-Americana aparece em meados da década de 60 rompendo com o positivismo ao enfatizar a função normativa da disciplina, que deveria ser socialmente produtiva. Assim, a teoria seria uma forma de moldar a realidade, tendo uma forte componente prática como objetivo da produção acadêmica. Esta fase rompe com o senso comum da guerra como inevitável e coloca a paz em foco estabelecendo a promoção da paz como fim último da investigação. Um dos principais autores desse período, Johan Galtung, desenvolve dois conceitos ainda muito importantes para a investigação nos dias de hoje: a *paz negativa* (mente definida) e a *paz positiva* (mente definida). A primeira seria a ausência de violência direta (guerra) e a segunda a ausência de violência estrutural (não há um sujeito agindo diretamente de forma violenta, antes, esta violência está inserida nas estruturas da sociedade em forma de injustiças sociais) (Galtung, 1969:171-183). O grande contributo dessa escola é que - ao contrário da Norte-Americana, que visava reduzir o fenômeno da guerra - ela contestava o status quo, com uma proposta radical mas inovadora de, não apenas promover a paz mas, também, destruir as estruturas de poder e exploração que mantêm as violências estruturais e culturais. No entanto, a obsessão com a violência marca esse período, principalmente nos estudos de Galtung que, para definir a paz acaba por priorizar como objeto de pesquisa a sua antítese, a violência – ou as violências.

De acordo com Hakan Wiberg, com a consolidação da investigação e seu plano de ação, seguem três importantes crises para a constituição da disciplina, bem como para a evolução de seus conceitos. A primeira, parte e consequência do exposto no parágrafo anterior, na década de 70, teve a ver com a agenda da investigação para a paz que, como já dito, desloca seu eixo de uma investigação das causas da guerra para uma investigação crítica da exploração, da dominação, da dependência, do imperialismo, etc. A segunda crise, na década de 80, foi uma crise de identidade, visto que a amplitude de possibilidades de objetos de análise acaba por gerar um “buraco negro” na disciplina, já que quase qualquer problema social poderia ter um lugar legítimo na investigação para a paz, tornando essa amplitude de agenda improdutiva e impossível de desenvolver. A última crise foi decorrente do fim da Guerra Fria, na década de 90, devido à incapacidade de se prever este acontecimento ou ao menos de prever suas razões (Wiberg, 2005:24-26). A partir daí, passa a haver também uma cooptação dos Estudos para a Paz por parte da Comunidade Internacional, que precisa de um modelo para intervir e, assim, assimila e aplica os conhecimentos desenvolvidos em prol de uma agenda neoliberal baseada na diplomacia preventiva e nas ações de *peacemaking*, *peacekeeping* e *peacebuilding*, institucionalizadas na Agenda para a Paz da ONU, em 1992.

Dessa forma, passa-se a inserir os Estudos da Paz no *policy-oriented mainstream*, tornando a disciplina em uma justificativa do status quo e não na sua contestação. Isto levou a uma nova discussão acerca da disciplina e do caminho que esta deveria seguir a partir de então

e representou ser um dos maiores desafios que a disciplina precisa ultrapassar. A cooptação da disciplina, que dá hoje suporte a políticas de normalização política e econômica global (Pureza, 2011:5), levou ao enfraquecimento do seu potencial crítico e emancipador original. É, pois, necessário descolonizar o pensamento e a prática sobre a paz, operando uma abertura epistemológica da disciplina para as heterogeneidades e pluralidades através do reconhecimento e diálogo com experiências e saberes diversos que estão à margem do pensamento moderno ocidental.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A MODERNIDADE

Reconhecendo a existência e pertinência do conhecimento produzido fora do eixo epistemológico dominante nas Relações Internacionais, Robbie Shilliam questiona no livro *Non-Western Thought and International Relations* porquê que o “mundo não-ocidental” tem sido uma presença definitiva na academia das Relações Internacionais e, no entanto, essa mesma academia tem consistentemente hesitado em colocar o pensamento não-ocidental no cerne de seus debates. O autor reconhece que as Relações Internacionais sempre foram focadas no Ocidente, especialmente depois do 11 de Setembro, e entretanto, paradoxalmente, há imensa investigação cuja atenção incide em atores não-ocidentais e no formato de estruturas políticas e culturais não-ocidentais (Shilliam, 2011).

Ou seja, as experiências não-ocidentais são muitas vezes tratadas como estudos de caso mas não são consideradas espaços de produção de conhecimento legítimo. E isso mostra justamente quão insidioso é o impacto da epistemologia colonial na Academia Ocidental. Shilliam coloca esta questão através de uma pergunta provocativa que exemplifica muito bem essa perversidade mesmo dentro dos estudos que se pretendem críticos.

Porque que é que as recentes respostas críticas à “guerra ao terror” nas RI pode tão facilmente, mas curiosamente, evitar as perspectivas não-ocidentais desta “guerra” e, em vez disso, utiliza seus efeitos mortíferos para defender os escritos de vários intelectuais europeus tais quais Schmitt, Foucault e Abamben? (Shilliam, 2011:23).

O que parece ser ainda muito incipiente é o diálogo dessas investigações com as interpretações que os sujeitos, sociedades ou instituições não-ocidentais fazem das suas próprias circunstâncias. Isto só pode ser feito através da assimilação de metodologias empíricas que possibilitem a interação e a co-construção de conhecimentos, sejam eles populares, tradicionais, culturais ou acadêmicos. Entretanto, isto deve ser feito de um ponto de vista que permita o estatuto de legitimidade para tradições e figuras do pensamento não-ocidental. Dessa forma, de acordo com Maldonado-Torres, o desafio mais importante para as Relações Internacionais neste sentido é procurar uma forma de comprometer-se com – ao invés de ignorar – o pensamento político não-ocidental de uma forma que não vinculada

à ideologias coloniais que retiram a significância do mundo não-ocidental para o estudo da modernidade que, segundo o autor, é agora, e talvez tenha sempre sido, integralmente global (Maldonado-Torres, 2008).

Neste sentido, ambos os autores trazem experiências, que demonstram ser precedentes na história das Relações Internacionais, de desafios à disciplina com perspectivas não-ocidentais, através de pontos de vista locais, transculturais, interculturais e multiculturais. Mostram, assim, um potencial imenso de reestruturação do conhecimento e de aplicação empírica de conceitos visto que destacam diferentes significados possíveis – relativamente aos apresentados pelo cânone ocidental - para diversas categorias-chave das Relações Internacionais como soberania, ordem, justiça, mudança e democracia.

Não obstante, Shilliam alerta para as dificuldades de se embarcar nesta investigação do pensamento não-ocidental, argumentando que uma orientação – ou talvez reorientação – no sentido do pensamento não-ocidental é inevitável mas deve ser feita com base no reconhecimento de que todo o conhecimento é co-constituído e até o conhecimento hegemônico sofreu e sofre influências dos sujeitos que domina (Shilliam, 2011). Entretanto, o autor propõe dois procedimentos que nos permitem operacionalizar este deslocamento epistemológico, que serão apresentados com mais detalhes nos capítulos seguintes. O primeiro é a travelling theory e o segundo é a tradução. Estas ferramentas metodológicas pressupõem, e dessa forma vão de encontro com o proposto por Boaventura de Sousa Santos, que o investigador desloque-se do seu próprio contexto de forma a adquirir uma perspectiva crítica de outros contextos e experiências através de um conhecimento etnográfico que é, em si, uma prática – uma produção – de inter-relacionamentos.

O CONTRIBUTO DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS: A CRÍTICA À RAZÃO HEGEMÔNICA

A obra de Boaventura de Sousa Santos vai ao encontro das propostas anteriores visto que discute os desafios presentes na contemporaneidade, assim como as perspectivas que a realidade atual aponta. Sua produção intelectual tem como foco discutir a contemporaneidade a partir de um ponto de vista que procura apresentar uma necessidade de construção de novos paradigmas científicos, a fim de explicar a relação entre o local e o global numa perspectiva multiculturalista e emancipatória.

Em 1988, Boaventura de Sousa Santos traçou uma crítica ao paradigma científico dominante na obra “Um discurso sobre as ciências” (Santos, 1988). O autor identifica neste modelo de racionalidade características que devem ser contestadas, visto ser redutor e excludente. Assim, avança para uma concepção de um novo modelo de racionalidade - holístico, interdisciplinar e transdisciplinar -, uma racionalidade cosmopolita. Essa proposta é materializada em diversas reflexões teóricas e epistemológicas do autor com o intuito de “reinventar a emancipação social” (Santos, 2007). A busca por alternativas à hegemonia universalista e globalizante (neoliberal) passaria pelo reconhecimento de que a experiência social é mais ampla e variada

do que a tradição ocidental considera e que a diversidade é desperdiçada, o que legitima argumentos como a falta de alternativas. Assim, argumenta que não adianta buscar a ciência social como conhecemos para dar visibilidade às alternativas porque ela mesma se encarrega de escondê-las e desacreditá-las. Dessa forma, faz-se necessário mais do que propor um outro tipo de ciência social: precisa-se propor outro modelo de racionalidade (Santos, 2002:1-3).

O objetivo de muitos trabalhos do autor é traçar uma crítica à razão indolente (hegemônica), contrapondo-a à razão cosmopolita, fundada na *sociologia das ausências*, na *sociologia das emergências* e no *trabalho de tradução*. Para o autor,

a razão indolente subjaz, nas suas várias formas, ao conhecimento hegemônico, tanto filosófico quanto científico, produzido no Ocidente nos últimos 200 anos [e] não houve nenhuma reestruturação do conhecimento (...) porque a indolência da razão manifesta-se, entre outras formas, no modo como resiste à mudança das rotinas, e como transforma interesses hegemônicos em conhecimentos verdadeiros (Santos, 2002:4).

A indolência da razão é estruturada pelas razões impotente, arrogante, metonímica e proléptica, sendo suas características menos estudadas – e, portanto, mais exploradas pela obra do autor - a sua reivindicação como única forma de racionalidade, o que leva a ignorar outras - a razão metonímica - e a concepção de futuro como uma superação linear, automática e infinita do presente - a razão proléptica (Santos, 2002:4).

Obcecada pela ideia de totalidade sob a forma da ordem, a razão metonímica admite apenas uma lógica - única e homogênea -, levando a dicotomias que qualificam e deslegitimam outras lógicas, gerando hierarquias de saber e relações assimétricas de poder. Ou seja, em contraposição a uma cultura científica, está a cultura literária; ao conhecimento científico, o conhecimento tradicional; ao homem, a mulher; ao branco, o negro; ao Norte, o Sul; ao Ocidente, o Oriente (Santos, 2010:91-93); à segurança, a paz.

A maior consequência desse processo é a afirmação exaustiva, exclusiva e completa da razão metonímica, que não é capaz de aceitar que a compreensão de mundo excede em muito a compreensão Ocidental de mundo. Dessa forma, nenhuma parte pode ser pensada fora da sua relação com a totalidade, fora da dicotomia, o que leva a uma compreensão do mundo não só parcial como seletiva. A imposição da razão metonímica é tratada pelo autor, em outras palavras, como uma *violência estrutural e cultural* (Galtung, 1969), visto gerar estruturas de desigualdade e dominação, intrínsecas a este modelo dicotômico que não pressupõe a inteligibilidade de uma das partes sem que haja a outra - o Norte, por exemplo, não é inteligível sem o Sul.

A proposta do autor para colmatar esta lacuna é uma das bases que permitirá o desenvolvimento posterior da ideia de *“Epistemologias do Sul”* (Santos e Meneses, 2009),

que será muito útil para o quarto capítulo deste trabalho. A *Sociologia das Ausências* consiste em um procedimento com o intuito de dilatar o presente, proliferando as totalidades e reconhecendo as heterogeneidades, visto que as partes que compõe a totalidade têm vida própria fora desta. Dessa forma, o autor afirma que “o que não existe, na verdade, é ativamente produzido como não-existente: como alternativa não-credível ao que existe” (Santos, 2002:12). O objetivo da *Sociologia das Ausências* é transformar objetos impossíveis em possíveis e, com base neles, transformar as ausências em presenças, transformando-se, então, em uma alternativa epistemológica ao que é hegemônico, universalista e totalizador.

Para questionar a lógica ignorante da monocultura do saber e do rigor científico, é necessário identificar outros saberes e outros critérios de rigor que operam credivelmente em contextos e práticas sociais declarados não-existentes pela razão metonímica. Dessa forma, a *Sociologia das Ausências* visa substituir a monocultura do saber científico por uma *Ecologia de Saberes*, superando universalismos e a ideia hierárquica das dicotomias (Santos, 2002:16). Espera-se, assim, revelar a diversidade e multiplicidade de práticas sociais e credibilizar esse conjunto por contraposição à credibilidade exclusivista das práticas hegemônicas. Ou seja, pretende-se incluir as realidades ausentes, as produzidas como não-existentes por via do silenciamento, da supressão e da marginalização.

A outra faceta pouco estudada da indolência da razão que é abordada pelo autor é a razão proléptica. Esta não pensa o futuro porque julga saber tudo a respeito dele, ou seja, concebe o futuro a partir da monocultura do tempo linear. Isto significa uma concepção de história e tempo como uma via de mão única cujo sentido é o infinito progresso. Dessa forma, a crítica da razão proléptica tem por objetivo contrair o futuro, como uma das formas de expandir o presente contraído pela razão metonímica. A *Sociologia das Emergências* consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através da investigação de alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas (Santos, 2002:21).

Enquanto a *Sociologia das Ausências* amplia o presente, juntando ao real existente o que dele foi subtraído pela razão metonímica, a *Sociologia das Emergências* amplia o presente, juntando ao real amplo as possibilidades e expectativas futuras que ele comporta. (...) É um conhecimento que avança na medida em que identifica credivelmente saberes emergentes ou práticas emergentes (Santos, 2010:109).

A significação desses exercícios intelectuais na razão cosmopolita se dá através de um *trabalho de tradução*. Sob pena de criar uma teoria geral da negação das teorias gerais, Santos propõe um procedimento que permitiria criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis quanto as possíveis, reveladas pelas *sociologia das ausências*

e *sociologia das emergências*. Dessa forma, não atribui a nenhum conjunto de experiências nem o estatuto de totalidade exclusiva nem o estatuto de parte homogênea (Santos, 2002: 30-33).

O *trabalho de tradução* entre saberes tem o intuito de significar as práticas sociais e a relação entre seus agentes, criando inteligibilidade recíproca entre formas de organização e objetivos de ação. É simultaneamente um trabalho intelectual e um trabalho político – mas é, também, um trabalho emocional porque pressupõe inconformismo com um dado conhecimento ou prática. É um procedimento transgressivo porque sai do eixo das ciências sociais convencionais. Por fim, parte do que o autor chama de universalismo negativo, que é a concepção de uma teoria geral da impossibilidade de uma teoria geral (Santos, 2002:38-43).

Em suma, para haver uma mudança profunda na estruturação dos conhecimentos, “é necessário começar por mudar a razão que preside tanto aos conhecimentos como à estruturação deles. Em suma, é necessário desafiar a razão indolente” (Santos, 2010:89). Isso deve ser feito a partir da proposta de contraposição a uma razão cosmopolita, que deve reconhecer que a compreensão de mundo excede muito a compreensão ocidental do mundo; que a compreensão do mundo – e como ela cria e legitima o poder social – tem muito a ver com concepções do tempo e da temporalidade e; que a característica mais fundamental da concepção ocidental de racionalidade é o fato de, por um lado, contrair o presente (totalidade) e, por outro, expandir o futuro (concepção linear do tempo e planificação da história). Assim, para que a crítica resulte, a racionalidade cosmopolita, ainda em fase de transição, tem que expandir o presente e contrair o futuro, ou seja, tem que evitar o desperdício da experiência social presente no mundo de hoje. O autor propõe que isso seja feito através de três processos: a sociologia das ausências, que deve expandir o presente; a sociologia das emergências, que contrai o futuro e; em vez de uma teoria geral, um trabalho de tradução. O exercício da *Sociologia das Ausências* e da *Sociologia das Emergências* é contra-factual pois confronta o senso comum científico tradicional através de um exercício de imaginação sociológica. Isso é feito com um trabalho de desconstrução – pelas críticas à razão hegemônica – e de reconstrução – as *Ecologias de Saberes*.

● **Ecologias de Saberes e Epistemologias do Sul: a descolonização dos Estudos para a Paz e** ● **o deslocamento de seu eixo epistemológico para o sul**

As construções teóricas radicais sobre a paz constituem formas de conhecimento subjugado (Skelly, 2002:58). Como foi percebido pelos pioneiros dos Estudos para a Paz, a ciência normal serve a dominação e, por isso, é tão importante o resgate do sentido crítico original da disciplina, que visava justamente contrapor esse tipo de abordagens. De acordo com Oliver Richmond, resgatar o potencial crítico dos estudos para a paz é uma questão de fidelidade aos próprios fundadores da disciplina (Richmond, 2008:441). Dessa forma, o desafio contemporâneo dos Estudos para a Paz consiste em desenvolver uma ontologia e

uma metodologia emancipadoras e em assumir seu caráter normativo e atividade política prática, ou seja, ser uma ciência comprometida (Pureza, 2011:18).

Ora, isto pode ser feito através do trabalho já desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos e analisado na seção anterior. A *Sociologia das Ausências* e a *Sociologia das Emergências* nada mais são do que um estudo ontológico e epistemológico, conforme proposto por Pureza. Ao assumir a contração do tempo presente e a necessidade de sua expansão, este primeiro exercício é capaz de dar visibilidade às vozes dos que são marginalizados, reconhecendo que esta marginalização é uma construção que convém aos interesses do sistema de saber-poder hegemônico. Em outras palavras, a *Sociologia das Ausências* identifica as pluralidades de saberes e silêncios, denunciando as desigualdades geradas pelas dicotomias totalizadoras. Esta proposta nos ajuda a pensar a paz fora do plano dos binômios – como a paz contraposta à guerra e a paz contraposta à segurança – o que, como sugerido pelo sociólogo, leva a interpretações valorativas que geram sempre relações hierárquicas e de desigualdades. É o que acontece nos discursos de securitização, que propõem ações muitas vezes inseridas em um quadro de excepcionalismo, justificadas pela necessidade de manutenção da paz. A construção teórica da paz por si só, como proposto por Celestino del Arenal, enquanto estado caracterizador das relações sociais (Arenal, 1986:24), pode ser feita a partir dessa leitura e do reconhecimento da *ecologia de saberes*.

O segundo exercício, da *Sociologia das Emergências*, serve para pensar o futuro e é o estudo das alternativas. Esse pensamento faz-se mais atual do que nunca nos dias de hoje, com a construção de um saber hegemônico que prega a ausência de alternativas como seu dogma principal. Dessa forma, a proposta de Santos é emancipatória e crítica do futuro pois não o tem como dado adquirido e imutável. Permite-nos pensar – e aprofundar o pensamento sobre - as *violências* em todas as suas facetas pois não considera que a estrutura seja imutável e que o tempo histórico nos leve para um caminho determinado rumo a um progresso desenvolvimentista. É, dessa forma, um conhecimento anti-absolutista e anti-universalista, que reflete a amplitude de agenda possível nos Estudos para a Paz⁴.

Contudo, para operacionalizar a proposta acima, faz-se necessário recorrer a saberes que estão fora do eixo hegemônico, da imposição de conhecimentos do centro para a periferia, do Ocidente para o Oriente, do norte para o sul. As *epistemologias do sul* são o

conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo de saberes chamamos *ecologias de saberes* (Santos e Meneses, 2009).

4 De acordo com Pureza, “o resgate do potencial transformador dos estudos para a paz passa, hoje e cada vez mais, pela abertura de sua agenda às “novíssimas guerras” do cotidiano, do espaço doméstico ao espaço urbano e deste aos espaços mais amplos, numa lógica de articulação em continuum ou em espiral impossível de quebrar analiticamente e, por isso, determinando um colapso de quaisquer escalas exclusivas de análise” (Pureza, 2011:19).

Este conceito visa introduzir – mas mais do que isso, dialogar de forma horizontal com - os saberes locais “a partir do sul e com o sul” (Santos e Meneses, 2009), de forma a quebrar o ciclo de dominação que se perpetua ainda hoje de forma velada através do eixo da colonização epistêmica⁵. Aliado a um *trabalho de tradução*, as *Epistemologias do Sul* tornam possível a descolonização da disciplina e a amplitude de conhecimentos que fez deste um saber emancipatório e crítico na sua origem. Esta perspectiva é também compartilhada por Shilliam que aponta que tanto na Grécia antiga quanto no pensamento Islâmico, a ação de teorizar estava fortemente associada com a viagem e o deslocamento do próprio contexto, de forma a adquirir uma perspectiva crítica de outro contexto. Isto porque o conhecimento etnográfico não é produzido como uma relação direta entre o observador e o observado. É um conhecimento co-constituído e é em si uma prática de inter-relacionamentos.

E para dar sentido a isto, e claramente na mesma linha de pensamento de Santos, de acordo com Shilliam, se as ideias viajam então elas requerem tradução. Para o autor “tradução é também um ato gerador de produção de conhecimento ao invés de simplesmente um ato técnico de produção de uma fidelidade filológica de significado através de léxicos discretos” (Shilliam, 2011:20). É importante ressaltar, contudo, que as ideias não viajam sozinhas e que a tradução entre culturas não só é possível como é um ato quotidiano. Cabe ao investigador, portanto, questionar-se acerca das motivações ou necessidades que o levam a utilizar a tradução cultural. Ao invés de assumir a tradução como sendo um trabalho predominantemente “cerebral”, é necessário perceber que esta funciona de forma constitutiva na reforma ou transformação das sociedades e culturas. Shilliam argumenta, também, que traduzir a modernidade não é simplesmente um ato de assimilação de significados e práticas, e também não é apenas um ato de resistência. Ao contrário, a dominação, a resistência, a apropriação e a transformação devem ser percebidas como congenitamente atreladas no momento de produção de conhecimento. “Nós devemos reconhecer a história determinante do impacto/dominação cultural e político colonial/quase-colonial no pensamento moderno” (Shilliam, 2011:21). Em outras palavras, devemos nos lembrar de que o conhecimento acerca da modernidade tem sido produzido num contexto colonial. O autor também alerta para a necessidade de, não obstante, sermos sensíveis à natureza diversificada das experiências de imperialismo e colonialismo. E, por fim, devemos também nos aperceber de que estes contextos são simultâneos e que, portanto, o conhecimento não-Occidental é constitutivo do pensamento global acerca da modernidade.

CONCLUSÃO

Para os investigadores da área de Relações Internacionais, e mais especificamente para aqueles que desejam debruçar-se sobre o pensamento e a prática acerca da paz, há já

⁵ O autor argumenta que nos últimos dois séculos têm dominado uma epistemologia que elimina da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento. Essa teoria parte do pressuposto de que não há epistemologias neutras e as que reclamam sê-lo são as menos neutras; e de que a reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em abstrato, mas nas práticas de conhecimento e nos seus impactos noutras práticas sociais.

uma implicação prática presente no debate que advém da triangulação entre Boaventura de Sousa Santos, Robbie Shilliam e Nelson Maldonado-Torres: mais do que ir ao campo, é necessário questionar-se acerca do conhecimento que é efetivamente produzido nesses outros contextos, tanto na academia quanto o conhecimento cosmopolita e popular, e é igualmente necessário dialogar com esses outros conhecimentos.

Também em termos práticos, este conjunto de ideias e pensamentos de Boaventura de Sousa Santos implicam uma outra forma de pensar e produzir conhecimento científico. Metodologicamente falando, a percepção de que o conhecimento é co-constituído através das relações e interações que advém da pesquisa de campo levam a que a investigação tenha um potencial muito maior de descoberta e aprendizagem do que a tradicional abordagem do teste de teorias ou de análises exclusivamente de política comparada. Os métodos de pesquisa para as Epistemologias do Sul incluem uma imersão completa, ao invés de uma entrevista guiada por um questionário rígido, uma conversa semi-estruturada cujo sucesso está garantido quando passa da sala para a cozinha. Isso permite que descubra-se muito mais do que o que se está à procura e que o aprendizado dessas experiências seja potencializado através de uma produção compartilhada de conhecimento.

Apesar de a academia crítica ir ao “campo”, é muito raro encontrar trabalhos nos quais os investigadores utilizam as perspectivas locais, sejam elas populares, culturais ou acadêmicas. No campo de estudo acerca do conflito israelo-palestino, por exemplo, as vozes “locais” que se fazem ouvir são as de acadêmicos, ativistas, poetas, escritores que fugiram ao conflito e estão, por vezes, há décadas no exílio, trabalhando e produzindo em instituições de prestígio Ocidentais. Bons exemplos são o intelectual e ativista Edward Said, o historiador Rashid Khalidi (que atualmente ocupa a cátedra Edward Said na Universidade de Columbia), a escritora e ativista dos direitos humanos Susan Abulhawa (palestino-americana autora do romance *Mornings in Jenin*, que narra a história de quatro gerações de uma família palestina, em língua inglesa), o poeta Mourid Barghouti (autor de *I saw Ramallah* que esteve mais de quarenta anos no exílio), dentre outros.

A descolonização dos Estudos para a Paz deve passar, portanto, por este reconhecimento, de que tanto fala Boaventura de Sousa Santos, de que existem outras perspectivas, saberes e práticas para além das reconhecidas pela modernidade ocidental e para além das reconhecidas pela academia. Independentemente da cooptação normativa dos conceitos críticos ou não, este processo faz-se essencial para que se possa abrir a disciplina para diversos saberes que podem mostrar-se muito úteis para o pensamento e a prática da paz em cada um dos contextos locais individualmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arenal, Celestino del (1986), “La investigación para la paz”, *Cursos de Derecho Internacional de Vitoria-Gasteiz*.

Galtung, Johan (1969), "Violence, Peace and Peace Research", *Journal of Peace Research*, 6(3), 167-191.

Gruffydd Jones, Branwen (ed.) (2006), *Decolonizing International Relations*. Londres: Rowman and Littlefield Publishers.

Jabri, Vivienne (2013), *The Postcolonial Subject: claiming politics/governing others in late modernity*. Nova Iorque: Routledge.

Maldonado-Torres, Nelson (2008), *Against War: views from the underside of modernity*. Londres: Duke University Press.

Guzmán, Vincent (2005), "Filosofia e investigação para a paz", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, 43-62.

Pureza, José Manuel; Cravo, Teresa (2005), "Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, 77-96.

Pureza, José Manuel (2011), "O desafio crítico dos Estudos para a Paz", *RI: Relações Internacionais*, 32, 5-22.

Richmond, Oliver (2008), "Reclaiming Peace in International Relations", *Journal of International Studies*, 36(3), Outubro, 439-470.

Said, Edward (1984), "Permission to Narrate", *Journal of Palestine Studies*, 13 (3), 27-48.

Santos, Boaventura de Sousa (1978), "Da sociologia da ciência à política científica", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1, 11-56.

Santos, Boaventura de Sousa (1988), *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, 237-280.

Santos, Boaventura de Sousa (2004), "Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro", *Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Consultado a 16.06.2013, em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13038/1/Margem%20cr%C3%ADtica%20e%20legitima%C3%A7%C3%A3o%20nos%20estudos%20para%20a%20paz.pdf>.

Santos, Boaventura de Sousa (2007), *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Bomtempo Editorial.

Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (orgs.) (2009), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina.

Santos, Boaventura de Sousa (2010), *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*.

São Paulo: Cortez.

Seth, Sanjay (org.) (2013), *Postcolonial theory and International Relations: a critical introduction*. Nova Iorque: Routledge.

Shilliam, Robbie (org.) (2011), *International Relations and non-Western Thought: imperialism, colonialism and investigations of global modernity*. Nova Iorque: Routledge.

Skelly, James (2002), "A constructivist approach to peace studies", *Peace Review*, 14(1), 57-60.

Wigberg, Hakan. (2005), "Investigação para a paz: passado, presente e futuro", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, 21-42.